



DOI: 10.12957/transversos.2021.57068

**UM CONCEITO A CONSTRUIR: AS FORÇAS
PRODUTIVAS NO PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL**

**A CONCEPT TO BUILD: THE PRODUCTIVE
FORCES IN AMILCAR CABRAL'S THOUGHT**

Gustavo Koszeniewski Rolim

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Brasil
kosguro@hotmail.com

Vanito Ianium Vieira Cá

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Brasil
vanitovieira@gmail.com

Resumo:

Neste artigo procuramos refletir sobre a utilização por parte de Amílcar Cabral da categoria marxiana de “forças produtivas”, realizando um panorama sobre sua produção, desde a época de agrônomo até a de líder das lutas de libertação nacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Procuramos ressaltar que o pensamento de Cabral possui como um de seus fundamentos esta categoria, sendo necessário considerá-la, portanto, nas suas acepções marxistas gerais e na especificidade que tomou no pensamento do líder africano para uma real compreensão de sua teoria social, histórica e revolucionária.

Palavra-Chaves: Amílcar Cabral; Marxismo; Forças produtivas; Libertação nacional.

Abstract

In this article we seek to reflect on the use by Amílcar Cabral of the Marxian category of productive forces, providing an overview of his work, from the time of agronomist to the leader of the national liberation struggles of Guinea-Bissau and Cape Verde. We try to emphasize that Cabral's thought has this category as one of its foundations therefore it is necessary to consider it, in its general Marxist meanings and the specificity that it took in the thought of the African leader for a real understanding of his social, historical and revolutionary theory.

Keywords: Amílcar Cabral; Marxism; Productive forces; National liberation.

1. Introdução

A biografia e, principalmente, o corpo teórico que Amílcar Lopes Cabral (1924-1973), líder e fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), construiu, se delimitou em um profícuo campo de estudos acadêmicos. Se considerarmos o fim dos anos sessenta como o momento do nascimento deste campo, através uma crescente atenção internacional às lutas daqueles povos contra o colonialismo português, temos então uma tradição já cinquentenária¹. Mesmo assim, ainda existem temas a serem desbravados e desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras. Neste sentido, gostaríamos de dar atenção especial a utilização

¹ A “renovada atenção”, segundo Yves Benot (1972), com a Europa procurando participar das discussões independentistas, políticas e culturais africanas. Não apenas isto, o fim dos anos 1960 também abarca uma virada tática formulada por Cabral para ganhar mais apoio estrangeiro às lutas no continente africano, intensificando suas viagens à Europa, com palestras, conferências e comunicações (SOUSA, 2016: p. 461).

por parte de Amílcar Cabral de uma categoria marxiana, a do desenvolvimento das forças produtivas. Este assunto foi tratado (quando foi) de forma desigual pela bibliografia especializada em Amílcar Cabral, valendo, portanto, uma avaliação crítica.

Embora tenhamos apreciações por parte de importantes conceitos de Amílcar Cabral ainda nos anos 1970, como a “nação-classe” por parte de Immanuel Wallerstein (1971), ou mesmo o lugar que Cabral ocupava dentro de um quadro marxista, por parte de Robert Blackey (1974), não temos necessariamente nenhuma atenção especial à concepção do revolucionário guineense acerca das “forças produtivas”. Mário de Andrade, revolucionário angolano e biógrafo de Cabral, dá atenção para a formação de agrônomo dentro do escopo de seu método de análise, o materialismo histórico (ANDRADE, 1980: p. 67-83), mas também não resgata a categoria e sua articulação no pensamento de Cabral. O livro de Jock McCulloch traz um capítulo específico sobre o tema. Sua conclusão é a da não aplicação do marxismo por Cabral na realidade da Guiné, compreendendo essa postura pela mudança do “motor da história” da luta de classes para o desenvolvimento das forças produtivas; além de uma aparente disparidade de discussões sobre os termos dentro do próprio pensamento de Cabral (MCCULLOCH, 1983: p. 100-110).

Em 1983, Patrick Chabal produz a primeira biografia acadêmica do revolucionário guineense. A posição deste autor é a de categorizar Cabral como um revolucionário nacionalista, pragmático e, acima de tudo, humanista. O historiador britânico nega, portanto, qualquer vinculação mais profunda de Cabral com o marxismo. A utilização dos conceitos marxistas por parte de Cabral, principalmente em seus primeiros textos, ainda como profissional agrônomo, revelava-se “rude”, “simplista”, com ares mesmo “incertos” e de forma “ingênua”. Os textos agrônomos de Cabral, ao invés de revelar já importantes hierarquizações na construção do arcabouço conceitual do revolucionário africano, indicariam, para Chabal, um marxismo ortodoxo e estagnado (CHABAL, 1983: p. 51).

Para Julião Soares Sousa, autor de biografia de Amílcar Cabral publicada em 2016, em linha contrária a Chabal, a utilização do conceito de forças produtivas se dá no contexto do método materialista histórico dialético professado por Cabral. Sua teoria sobre o Imperialismo e a Libertação Nacional girava em torno da sua concepção de desenvolvimento histórico, ou ainda, da negação do processo histórico por intermédio da *usurpação da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas*. Não apenas isto, Cabral introduziria, no debate, a ideia de dinâmica cultural que, tal como a história, era em sua opinião “necessariamente um fenômeno

em expansão, em desenvolvimento”, estando em íntima ligação de dependência e de reciprocidade com outras realidades (social e econômica), isto é, com o nível de “forças produtivas” e com o “modo de produção” existentes (SOUSA, 2016: p. 305).

Reiland Rabaka, por outro lado, aborda o pensamento de Cabral em duas obras. Nelas, o autor indica uma construção da “teoria crítica africana” a partir de Cabral, em uma espécie de “afastamento” do marxismo, com o uso das forças produtivas tomando parte essencial em seu argumento para tal. Seria a noção de Cabral da dinâmica da história vinculada a este conceito uma ruptura ao “marxismo ortodoxo” e mesmo da teoria da Escola de Frankfurt (RABAKA, 2014: p. 163-168).

Desta forma temos, nos mencionados cinquenta anos de estudos sobre o pensamento de Amílcar Cabral, visões das mais diversas. É necessário, então, realizarmos uma avaliação do conceito e, para abordar o tema de forma mais competente, cabe um pequeno balanço de seu desenvolvimento intelectual. Em linhas gerais, podemos, seguindo Julião Soares Sousa, enquadrar algumas temporalidades no desenvolvimento daquele pensador². Amílcar Cabral, em seus quase cinquenta anos de vida, desenvolver-se-ia em três tempos: (i) quando estudante em Cabo Verde, construindo suas visões de mundo, a partir de sua socialização escolar, realizando suas primeiras atividades literárias, desenvolvendo uma inconformidade social e política incipiente, mas enquadrando-se a si mesmo dentro do “mundo português” – fase que duraria até meados dos anos 1940.

No final dos anos 1940, (ii) a partir de seus estudos universitários em Lisboa e posterior atuação como agrônomo, marca o período em que estaria aberto à questão da humanidade em ligação com o continente africano (constituindo, portanto, sua africanidade) e realizando contatos com o marxismo³, a partir dos movimentos antifascistas em Portugal. Aqui, há três elementos que vem constituir sua construção de pensamento: primeiro a publicação do *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française* (1948), de Leopold Sedar Senghor, e o contato com a revista *Presence Africaine*, aproximando-se das ideias da *negritude* e panafricanistas. Segundo a viragem do contexto internacional e as amarras criadas pelos movimentos de esquerda

² Utilizamos a de Julião Soares Sousa pela sistematização, entretanto, os elementos desta periodização podem ser encontrados desde biografias mais antigas, como a de Mário de Andrade e Patrick Chabal, já citadas, assim como da escrita recentemente por Pater Karibe Mendy (2019).

³ Como bem definiu Luciana Dias em sua tese de mestrado, não sabemos ao certo se Amílcar Cabral teria tido suas primeiras leituras marxistas em Lisboa, ou se lá aprofundaria e ampliaria um contato com esta literatura já iniciado em Cabo Verde (DIAS: 2019).

portugueses, que enviesavam a luta contra o colonialismo à luta antifascista. Finalmente, o contato com estudantes angolanos (como Mário de Andrade e Agostinho Neto), moçambicanos (Marcelino dos Santos) e outros, com os quais acabou por fundar, em 1951, o Centro de Estudos Africanos (CEA) (SOUSA, 2016: p. 571-574).

O terceiro e derradeiro período, então já em gestação no anterior, (iii) do organizador político, a partir dos anos de 1954-1955. Neste último, que durará até o final de sua vida, em janeiro de 1973, há de se estabelecer que os conceitos e ideias desenvolvidos por Cabral, já haviam sido, de alguma forma, adquiridos no momento anterior. Entretanto, vinculava-se este arcabouço agora ao projeto político que o mesmo desenvolveria e dirigiria, posteriormente como líder revolucionário, a libertação nacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Claro que durante estes quase vinte anos de vida seu pensamento iria adaptar-se e modificar-se, tendo em vista as necessidades e agruras da luta e a partir da leitura e releitura da realidade guineense e cabo-verdiana. Estavam dados, entretanto, seus contornos principais – quais sejam: a defesa da unidade africana, da autodeterminação dos povos africanos, da independência imediata dos territórios de Guiné-Bissau e Cabo Verde e, defenderemos, do marxismo e do socialismo, como método e meta, respectivamente, de análise e construção social.

2. Traços iniciais das forças produtivas em textos agrônomos

Não se intenta aqui realizar um estudo biográfico de Amílcar Cabral, entretanto, é válido expormos, as utilizações e aplicações do conceito de forças produtivas para procurarmos asseverar com mais profundidade sobre o desenvolvimento de seu pensamento. Os primeiros usos de tais termos em seus trabalhos agrônomos nos interessam, pois, para averiguarmos as origens de sua compreensão, aplicação e construção de visão teórico-científica.

O curso de agronomia, realizado em Portugal entre os anos de 1946 e 1950, iniciando em seguida estágio obrigatório para cumprir as funções de curso (concluído em 1952), rendem uma bibliografia pouco comum ao que é mais lido do autor. Os *textos de agronomia*, editados em 1988, demonstram um profissional bem vinculado a sua área e de escrita profícua. Entretanto, também nos revelam um intelectual que dispõe e lança mão de conceitos e categorias que seriam desenvolvidas e revisitadas nos anos seguintes – inclusive nos seus projetos revolucionários.

No artigo *Em defesa da terra*, de 1949⁴, encontramos uma interessante reflexão, em artigo muitas vezes citado por pesquisadores quando se referenciam ao aspecto “social” da profissão de agrônomo de Cabral:

Uma dessas realizações tendentes a garantir de vez e para sempre uma vida condigna ao cabo-verdiano, no nosso ver a mais importante – é a defesa da terra. Podemos mesmo afirmar, sem receio de contradição, que, num meio como Cabo Verde, *onde a agricultura é a árvore principal do mecanismo econômico, defender a terra é o processo mais eficiente de defender o homem* (CABRAL, 1988: p. 63, grifos nossos).

Não é apenas a preocupação social que nos desperta atenção aqui. Há ainda uma concepção de formação da sociedade, e uma figura de linguagem deveras interessante, que será posteriormente retomada em suas formulações acerca da cultura. No seu relatório final, para o curso de agronomia, de 1951, percebemos uma interessante avaliação de dinâmica histórica. Ao analisar a “destruição do solo” por parte da ação humana, Cabral escreve:

[...] ante a necessidade de obter o indispensável alimento, e inconsciente das consequências da sua atitude (primariamente); ante a necessidade de obter do solo o máximo de riqueza (lucros) com um mínimo de despesas – imperativo surto as próprias condições sócio-econômicas em que se debate (posteriormente) – o homem derruba florestas, destrói prados, explora desordenadamente a terra, e possibilita, inconsciente ou conscientemente, o desencadear dos fenômenos erosivos. *Pelo menos na atualidade, a causa, portanto, do desencadeamento desses fenômenos não reside propriamente na atividade do homem-ser-individual. É determinada pela estrutura econômica da sociedade* (CABRAL, 1988: p. 109, grifos nossos).

Esta citação é de extremo interesse pela forte historicidade contida na tentativa de compreensão do fenômeno. Recusa-se qualquer naturalização no sentido de um “homem” que destrói a natureza propositadamente ou pela sua própria índole interior. Mais: desponta para a necessidade de compreensão destas atitudes a fim de superá-las e não repeti-las – a isto, somando-se o fato de Cabral por vezes determinar a necessidade de um “uso racional da terra”, onde fica implícito que o colonialismo português, ao não respeitar tradições antigas africanas e o próprio solo africano faria uma intervenção “irracional” na terra.

Em 1952, Cabral regressa à Guiné-Bissau para trabalhar na Estação Experimental de Pessubé, como engenheiro. A partir de então, começa a fazer os primeiros contatos com quem seriam depois seus camaradas no PAIGC, Aristides Pereira e Abílio Duarte. Em setembro de 1953, Cabral é contratado para a realização de um recenseamento agrícola na Guiné-Bissau. Logo após, realiza uma tentativa de organizar um clube de desportos, que iria ser proibido pelas

⁴ Cabe lembrar que nessa altura estaríamos passando do primeiro ao segundo momento no desenvolvimento intelectual de Cabral. Interessantes reflexões colocam-se em textos como “Hoje e Amanhã”, de 1944 e posteriores publicações no Boletim de Cabo Verde, em 1949. Estes textos demonstram um Cabral esperançoso pela queda do nazifascismo e em uma esperança “marxista humanista” de futuro, aparecendo incipientemente uma dicotomia entre “imperialismo/colonialismo” versus “socialismo/democracia” (SOUSA, 2016: p. 93).

autoridades coloniais logo em seguida. Em 1955, Cabral e sua esposa voltariam para Lisboa (CHABAL, 1983: p. 48-49 e SOUSA, 2016: p. 152-158).

Neste período, então, Cabral escreve artigos sobre vários aspectos da agricultura guineense – tendo como base a experiência e os dados que teve acesso no recenseamento. Um dos artigos referia-se a questão da erosão do solo, tema já tratado na conclusão de seus estudos. A ênfase que chama a atenção é que tal fenômeno teria a sua solução a partir de ações sociais e políticas, não apenas “técnicas”. É que a pressão das necessidades da economia colonial havia posto em marcha uma séria agravação da erosão do solo. Mais, Cabral inclusive determina:

No complexo de contradições da hora presente; no ‘cadinho histórico’ onde mais uma vez se desenvolvem turbulentamente os fenômenos sociais, e do qual a humanidade, superando-se, há-de sair para uma vida mais ampla, mais justa e mais digna – a defesa da terra constitui um problema no primeiro plano (CABRAL, 1988: p. 215).

Em artigo de 1954, Amílcar Cabral disserta sobre a mecanização da agricultura na Guiné-Bissau. Um ano antes, havia escrito semelhante texto em tom crítico. Neste, entretanto, soma-se um vocabulário muito mais peculiar (e semelhante ao que veremos em textos do período revolucionário). Cabral argumenta que o surgimento de formas de agricultura mecanizada corresponderia a uma “profunda modificação nas forças produtivas”. E que a transformação destas, por sua vez é “uma conquista do homem, e deve responder a necessidades sociais criadas pelo complexo econômico num dado momento histórico”. A introdução da cultura mecanizada não poderia ser, portanto, resultado de uma vontade exterior, dada a certo interesse. Deveria estar ligada diretamente a natureza do meio considerado, e, principalmente, a estrutura econômica (abrangendo o aspecto social) do mesmo meio. O solo da Guiné-Bissau, que se visava aumentar tanto a área cultivada como quanto a produtividade desta através da mecanização (principalmente para a mancarra), não comportava as mudanças econômico-sociais que ocorreriam com o tempo:

A mecanização da agricultura corresponde, como se disse, a uma transformação das forças produtivas da agricultura. *As forças produtivas, conjugadas com o modo de produção, de que, aliás, são determinantes, constituem a estrutura econômica de uma dada região.* A transformação, mais ou menos profunda, das forças produtivas implicará consequências, mais ou menos profundas na estrutura econômica (CABRAL, 1988: p. 236, grifos nossos).

A agricultura guineense, no momento em que Cabral escrevia estas linhas, caracterizava-se fundamentalmente pelo cultivo de “produtos de exportação de caráter industrial (principalmente da mancarra)”. Entretanto, Cabral iria dividir a exploração agrícola em duas: a do indígena e a do não indígena, para a qual vale a citação em extenso:

[As] diferenças entre essas explorações são as seguintes: na primeira a terra pertence à comunidade indígena (de uma maneira geral), e, na segunda, a terra pertence a uma entidade (individual e coletiva) não indígena ou europeizada, que a ocupa em regime

de ‘concessão’ ou de ‘propriedade perfeita’; na primeira, é o ocupante da terra (o agricultor indígena) que a trabalha, enquanto na segunda o ocupante da terra (o não indígena ou o europeizado) assalaria indígenas para os trabalhos agrícolas; a agricultura indígena tem como objetivo a obtenção de alimentos para consumo próprio e de produtos de exportação (quase exclusivamente mancarra), que vende ao mercado local; a agricultura não indígena visa a obtenção de produtos imediatamente vendáveis no mercado local ou no exterior; o agricultor indígena empata trabalho (individual, familiar ou coletivo); o agricultor não indígena empata capital (CABRAL, 1988: p. 237).

Esta última afirmação Cabral iria repetir em artigo sobre a agricultura na Guiné em 1959 (CABRAL, 1988: p. 527), demonstrando fortemente a diferença ontológica entre os trabalhos exercidos no campo. A inserção da mecanização de forma alienígena e suas consequências socioeconômicas feitas a partir dos interesses coloniais, sem preocupações para com o ritmo de trabalho, a consequência para a mão de obra e para o desenvolvimento das populações, podem ser vistas com o que depois Cabral caracterizará (e nós abordaremos adiante), na paralisação do desenvolvimento histórico dos povos dominados pelo colonialismo. Sendo o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção africano confrontado pelo que está em implementação pelo colonialismo. O fato de ser sempre o indígena que trabalha a terra, não havendo grandes diferenças técnicas no trabalho também nos coloca uma questão, tangencialmente, considerada por Cabral posteriormente, a de que o campo teria conseguido manter a sua estrutura social (SOUSA, 2016: p. 288).

Adentrando nesta questão, vemos, no artigo “Acerca da utilização da terra na África negra”, então agrônomo pontuar sobre a postura da dominação europeia e sua relação com a terra. Não tendo o objetivo de produzir apenas alimento, o que o europeu faz, em África, é utilizar, ou levar o negro a “utilizar o sistema itinerante na obtenção destes produtos [de exportação]. *Modifica o modo de produção sem modificar o sistema de cultura da terra*” (CABRAL, 1988: p. 248, grifos nossos). Ou seja, o colonialismo introduziria um novo sistema de produção, uma “*économie de traite*”, mantendo os sistemas de cultura anteriores. A esta relação de exploração da terra, Cabral vincula diretamente a “exploração do homem pelo homem” (CABRAL, 1988: p. 249). Também defenderá que a agricultura seria o essencial para o desenvolvimento da Guiné independente, afirmando:

Os povos da Guiné são agricultores. Dessa realidade vive a Guiné: do trabalho daqueles que, secular e socialmente anônimo, com base na tradição e no conhecimento empírico do meio, e servindo-se de instrumentos rudimentares, cultivam a terra e são, por isso mesmo, o elemento essencial da economia guineense. A agricultura, a tantas vezes apoucada agricultura do indígena, não é apenas a base da economia guineense: é a própria economia da Guiné. Sem ela, nem alimentação, nem comércio, nem indústria (CABRAL, 1988: p. 263).

O desenvolvimento destas ideias é essencial para compreendermos as posições de Cabral na lógica do desenvolvimento socioeconômico. Em termos análogos, podemos dizer que Cabral tinha sempre a preocupação de não desenvolver forças produtivas que não encontrassem eco nas estruturas sociais presentes – ou, ainda, que as mudanças efetivadas estivessem de acordo e poderiam comportar as mudanças sociais advindas destas. Lembrando que nestes textos, a preocupação primária de Cabral, enquanto profissional agrônomo é a defesa da terra (e do “homem”), percebe-se, mesmo assim, as linhas gerais definidoras daquilo que será, também, suas principais defesas de dinâmica histórica dos povos e da teoria da libertação nacional.

Conjuntamente a suas ações de agrônomo e ao seu trabalho no recenseamento, Cabral iria criando contatos e realizando um processo preliminar de consciencialização com os grupos e pessoas que ia encontrando. Neste primeiro momento, Cabral se dá com dois: o grupo de trabalho na Granja do Pessubé; e o grupo de trabalho no Chão de Papel e Pelon (Bairros de Bissau) (SOUSA, 2016: p. 161-162). Amílcar Cabral procuraria criar, logo em seguida, o “Clube de Desportos”, uma tentativa de organização social para guineenses, focado no esporte e na recreação. Dentro do contexto da lei dos indígenas, umas das ideias do clube poderia ser a de fazer “assimilados” e “não-assimilados”, “indígenas” e “não-indígenas” conviverem, segundo seus estatutos. Nas palavras de um agente da PIDE, a organização tinha por intuito “lançar as bases duma organização de nativos, irmanando-os na mesma fé e nos mesmos destinos”. Proibido de criar tal agremiação, logo em seguida deixa a Guiné-Bissau, em março de 1955 (SOUSA, 2016: p. 162-164 e MENDY, 2019: p. 89-92). Adentrando no que estabelecemos acima como o período de “organizador político”, então, veremos que o revolucionário guineense não abandonaria e mesmo aprofundaria sua compreensão acerca das forças produtivas e a importância da compreensão deste conceito para compreender a dinâmica histórica e as tarefas de um movimento revolucionário.

3. As forças produtivas e a dinâmica histórica

Do panorama estabelecido acima, notamos então que a categoria das “forças produtivas” ocupa local de destaque na formulação do pensamento de Cabral. Conquanto os textos citados sejam ainda de um profissional agrônomo, é esta categoria que ele utiliza como articuladora para suas afirmações de cunho socioeconômico. E, de fato, as forças produtivas ocuparão lugar ainda mais privilegiado em sua elaboração teórica. Estamos, a partir de agora, nos referindo a textos de Cabral no contexto já da luta armada de libertação nacional. Até o período em que se iniciou a

luta armada no território da Guiné-Bissau (entre os anos de 1960/61), não havia grandes referências no discurso de Cabral acerca de alternativas socioeconômicas (nomeadamente ao socialismo). Neste período, estariam presentes apenas as categorias marxianas de “forças produtivas”, algumas denominações clássicas como “abolir a exploração do homem pelo homem” e a estratégia de construir um governo “não-denominacional” (SOUSA, 2016: p. 437). A partir destes anos soma-se ao seu pensamento algum tipo de reflexão acerca do “socialismo”, conquanto Cabral sempre irá manter sua característica pessoal de evitar “rótulos” ideológicos (DIAS: 2020).

No que concerne nosso interesse neste artigo, analisemos algumas afirmações sobre a dinâmica da história, em uma perspectiva agora diferenciada por parte de Cabral: a marcha da história, da forma como ela se desenvolve a nível global e conjuntural. Uma destas se coloca, por exemplo, no *Relatório Geral* (apresentado às Nações Unidas em 1961), em que afirma:

[...] não há dúvida que, mais do que a luta de classes nos países capitalistas e o antagonismo entre esses países e o mundo socialista, *a luta de libertação dos povos coloniais a característica essencial, diremos mesmo o motor principal, do avanço da história nos nossos dias; é nessa luta, nesse conflito, que se desenrola em três continentes, que se integra a nossa luta de libertação nacional contra o colonialismo português* (CABRAL, 2013: p. 79, grifos nossos).

Trata-se de compreendermos, então, de que forma Amílcar Cabral está referenciando este momento histórico dentro da constituição de seu pensamento. Um dos textos em que mais vai explorar suas concepções teóricas de desenvolvimento histórico e aplicação à conjuntura, é, certamente, em *A Arma da Teoria* (de 1966), sua intervenção na Conferência Tricontinental, em Havana.

Iniciaremos, para compreender a função das forças produtivas na dinâmica histórica, entretanto, pela sua negação, para posteriormente compreendermos a sua elaboração da “negação da negação” - caminho conjunto que Mário de Andrade também realiza, pontuaremos adiante (ANDRADE, 1980: p. 137-145). O Imperialismo não teria “dado” a história ao continente africano - a teria negado. Segundo Cabral, o capital em sua fase imperialista não conseguiu cumprir “nos nossos países a missão histórica reservada a este” (CABRAL, 2013: p. 247). Ou seja: nas colônias, o resultado da acumulação de capital e a situação socioeconômica deixada pelo imperialismo são diferenciadas da situação das nações desenvolvidas. Entretanto, qual o impacto que se teve, então, nas sociedades africanas? Segundo Cabral: “o capital imperialista ou capital moribundo” teria sido capaz de criar, para uma mínima parcela da população, uma condição de vida melhor (ou até privilegiada), contribuindo para o processo “alguns chamariam de dialético” do aprofundamento das contradições dos países colonizados. Em um segundo caso, teria sido

possível a criação de uma burguesia local. Este levantamento de causas e consequências não é feito a toa. Destas condições criadas pelo imperialismo nos países africanos, destaca Cabral os efeitos, em pelo menos duas formas de dominação. A primeira, a dominação direta, o “colonialismo clássico”; a segunda, a dominação indireta, em que o poder político seria exercido, também, por agentes nativos, o “neocolonialismo”. Estes tipos de dominação acarretam em consequências à África. Seja com a destruição parcial da população e estruturas sociais nativas; seja com a aparente permanência das formas de reprodução societárias (condicionadas, controladas e administradas por forças exóticas), Cabral identifica estes processos como a “paralisia ou estagnação” do “processo histórico do povo dominado” (CABRAL, 2013: p. 248). Paralisia não integral, mas com o desenvolvimento de novas especificidades, sendo condicionadas pela inserção de novas características que as forças exóticas trariam, como a mudança de prestígio de camadas dirigentes nativas; êxodo populacional (espontâneo ou forçado); criação de novas camadas sociais, etc. Cabral informa que a dinâmica social interna seria maior no neocolonialismo do que no colonialismo clássico – inclusive pela necessidade que se faz da existência de uma classe dominante nativa. Lembremos, neste momento, da experiência que Cabral teve com a discussão acerca da mecanização do campo: aquele tipo de distúrbio, exógeno, no desenvolvimento da população, casa como exemplo prático deste modelo teórico que ele apresenta alguns anos depois em sua teoria revolucionária.

A conclusão principal dos efeitos do imperialismo em uma sociedade afetada pelo “capital moribundo”, segundo Amílcar Cabral, seria: “a negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais”, ou, ainda, da “usurpação pela violência da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas do conjunto socioeconômico dominado”. Para Cabral, era tão inalienável que os movimentos de independência tivessem por eixo a procura pela retomada da dinâmica histórica, que chega a elaborar uma interessante consideração para os processos de lutas no continente: “[...] qualquer movimento de libertação nacional que não tem em consideração esse fundamento e esse objetivo, pode lutar contra o imperialismo, mas não estará seguramente lutando pela libertação nacional” (CABRAL, 2013: p. 250). Por “este fundamento”, Cabral se refere ao processo da recuperação da história, ou do processo histórico dirigido por povos autodeterminados, que seria o corolário da libertação nacional.

Por que associar, então, as “forças produtivas” à “dinâmica histórica”? No que toca ao desenvolvimento histórico das populações, Cabral irá associá-lo ao próprio “desenvolvimento das forças produtivas”. Sabe-se que Marx e Engels, no texto do *Manifesto Comunista*, haviam sustentado que a “luta de classes” seria o “motor da história”. Ao apontar o “desenvolvimento das forças produtivas” como o motor da história, Cabral argumenta que a sua conclusão foi baseada no “conhecimento concreto” da realidade socioeconômica e na análise do processo de desenvolvimento do “fenômeno classe” nas sociedades tradicionais africanas, em particular, na sociedade guineense (citando como exemplo, a organização social dos balantas da Guiné)⁵.

Amílcar Cabral explica que na evolução geral da humanidade e de cada um dos povos nos agrupamentos humanos que a constituem, as classes sociais “não surgem nem como um fenômeno generalizado e simultâneo na totalidade desses agrupamentos, nem como um todo acabado, perfeito, uniforme e espontâneo”. E conclui:

A definição das classes no seio dum agrupamento ou de agrupamentos humanos resulta fundamentalmente do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das características da distribuição das riquezas produzidas por esse agrupamento ou usurpadas a outros agrupamentos (CABRAL, 2013: p. 243).

O fenômeno socioeconômico “classe”, segundo ele, “surge e desenvolve-se em função de pelo menos duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção”. Esse desenvolvimento ocorre de forma lenta, gradual e desigual, por variações quantitativas e geralmente imperceptíveis nos componentes fundamentais, e uma vez atingido certo grau de acumulação, esse processo leva a um salto qualitativo, caracterizado pelo surgimento de classes e pelo conflito entre elas. Um pouco mais adiante, esclarece que fatores externos de um dado conjunto socioeconômico (a título de exemplo, a dominação estrangeira), podem influenciar no aceleração ou no impedimento de desenvolvimento das classes. Assim sendo, na visão de Cabral, a história não pode começar com surgimento de classes e, conseqüentemente, a luta de classes. Porque “seria situar fora da história todo o período da vida dos agrupamentos humanos, que vai da descoberta da caça e, posteriormente, da agricultura nômade e sedentária à criação do gado e à apropriação privada da terra” (CABRAL, 2013: p. 244). Em síntese, assegura que o homem continuará a produzir a história mesmo após do desaparecimento de classes, concomitantemente, as suas lutas. Concluindo:

⁵ Análise que iria desenvolver, de forma mais própria, em texto de 1964, intitulado “Breve análise da estrutura social da Guiné ‘portuguesa’” (CABRAL, 2013: p. 117-126).

A eternidade não é coisa deste mundo, mas o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer história, porque não pode libertar-se do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas (CABRAL, 2013: p. 245).

Um dos núdulos principais de interpretação histórica marxista é a categoria de “classes” e o fenômeno sócio-histórico da “luta de classes”. Às sociedades humanas, entretanto, Cabral, classifica de forma mais simplificada que Marx teria identificado⁶. Resgata apenas três fases de desenvolvimento humano. A (i) sociedade agropecuária comunitária; a (ii) sociedade agrária (feudal ou assimilada e agroindustrial burguesa), e, finalmente, as (iii) sociedades socialistas e comunistas⁷. Estas identificações, ressaltamos, não se colocam como um pensamento evolucionista ou linear: a existência concomitante das três mostram, para Cabral, uma visão de multilinearidade do desenvolvimento humano. Não apenas isto: nega o etapismo, no sentido de que a “primeira fase” de desenvolvimento, poderia atingir a “terceira” (SOUSA, 2016: p. 435).

Para Cabral, a evolução histórica “dum agrupamento humano ou da humanidade” se dá pelo menos em três fases distintas: a primeira (sociedade agropecuária comunitária, em linguagem político-econômica) corresponde ao nível baixo de forças produtivas em que o domínio do homem sobre a natureza é rudimentar, sem a apropriação privada dos meios de produção, sem classes sociais e, conseqüentemente, sem luta de classes, a estrutura social é horizontal, sem Estado. A segunda fase é a agrária (feudal ou assimilada e agro-industrial burguesa), a “elevação do nível das forças produtivas conduz à apropriação privada dos meios de produção”, ou seja, o surgimento da propriedade privada e das classes, a mudança é alcançada principalmente através da luta de classes, a estrutura social é vertical, com a presença do Estado. A terceira e última fase, conclui Cabral, refere-se às sociedades socialistas e comunistas em que a economia é humanizada com a eliminação da propriedade privada, a luta de classes e o Estado desaparecem e a estrutura social volta a ser horizontal.

Assim, de acordo com Cabral, a força motora da história é o modo de produção em que a força produtiva é o termo dominante e não a luta de classes. Com o pensamento no continente africano e resgatando Kwame Nkrumah em seu clássico *Luta de Classe na África*, “A luta de classe

⁶ Lembremos, entretanto, que em um momento importante de formulação teórica de Cabral, no Seminário de Quadros, em 1969, a exposição do desenvolvimento social foi feito mais próximo do que Marx havia construído em suas obras, como bem ressaltou Luciana Dias (2019: p. 31).

⁷ Seria ainda interessante realizar uma comparação entre a proposição de Cabral e as dispostas por Marx em textos como *A Ideologia Alemã* e os *Grundrisse*. No seminário de quadros, por exemplo, realiza um resumo da diferença entre o materialismo simplório e o dialético (CABRAL, 2014: p. 82-83). Para uma avaliação recente sobre a classe trabalhadora, ver o livro de Marcelo Badaró Matos (2019).

é o resultado do surgimento da propriedade privada e do declínio da sociedade de tipo comunitário, em proveito das sociedades escravista e feudal” (NKRUMAH, 2016: p. 28).

Uma importante conclusão parcial, a ser resgatada aqui é sobre a dinâmica das forças produtivas como motor da história na própria teoria marxiana. De fato, Mário de Andrade já havia registrado na biografia de seu camarada guineense, o trajeto que Marx e Engels deram, ao longo do tempo, em relação às forças produtivas como uma das bases estruturantes da história (ANDRADE, 1980: p. 145). Retornaremos a isto na conclusão. Passemos agora para outro encaminhamento necessário na teoria de Cabral, a correlação entre este construto teórico e a teoria revolucionária.

4. As forças produtivas na teoria de libertação nacional

Como mencionamos acima, é já a partir de 1960/61, que Amílcar Cabral passa a associar, a suas reflexões sobre as forças produtivas, também outros termos de desenvolvimento e fases históricas. Trata da “marcha da história” a nível internacional, vinculando a esta os movimentos de libertação nacional – de Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas também de outros países. Está feito o vínculo, portanto, entre a dinâmica da história em seu aspecto mais teórico e global ao seu aspecto mais imediato e conjuntural. Como Cabral irá vincular, então, a luta de libertação nacional ao conceito de “forças produtivas”?

O pensamento revolucionário de Amílcar Cabral parte, via de regra, dos mesmos pressupostos de sua visão geral do desenvolvimento histórico, como já aludimos: da reconquista da história através da luta de libertação nacional. Suas contribuições para esta teoria, o sucesso revolucionário obtido e as lições legadas por ele para uma verdadeira revolução nacional em todas as frentes coloca sua teoria como uma das mais completas dentre os revolucionários africanos. Nesta linha, de acordo com Georges Nzongola-Ntalaja, entre os notáveis pensadores e líderes revolucionários que tentaram compreender e influenciar o processo de libertação nacional em si, ocupa especial posição Amílcar Cabral. O autor destaca ainda o importante papel desempenhado por Cabral na luta pela libertação nacional em sua “totalidade”, concluindo:

Cabral ganhou esta posição distinta pela clareza teórica explícita em seus escritos sobre a natureza e os objetivos da luta, a originalidade de sua análise de classe da base social e a dinâmica política do movimento de libertação, e sobretudo a unidade inflexível da teoria e prática revolucionária exemplificadas em sua liderança da luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e nas Ilhas Cabo Verde (NZONGOLA-NTAJALA, 1984: p. 43; tradução nossa).

Adentremos, então, na concepção de Cabral de libertação nacional. Como já vimos acima, a dominação colonialista e a intervenção imperialista acarretariam na “negação do processo histórico do povo dominado”, através das políticas sociais e econômicas, das intervenções violentas, distúrbios nas populações tradicionais, etc., causando danos a estrutura social africana. Ou, utilizando-se termo próprio de Cabral, retirando a liberdade de desenvolvimento “das forças produtivas nacionais”. O movimento então que se propusesse a eliminar o colonialismo, deveria também saber reverter esta sua principal característica. A libertação nacional, segundo Cabral, seria “quando e só quando as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda e qualquer espécie de dominação estrangeira”. Complementando,

o fundamento da libertação nacional [...] reside no direito inalienável de cada povo a ter sua própria história: e o objetivo da libertação nacional é a reconquista deste direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a *libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais* (CABRAL, 2013: p. 249, grifos nossos).

Da dinâmica da história interrompida, à sua reconquista, Amílcar Cabral lança as bases para uma tarefa do movimento de independência. Acrescentando ainda: “se considerarmos que libertação nacional exige uma mutação profunda no processo de desenvolvimento das forças produtivas, vemos que o fenômeno de libertação nacional corresponde necessariamente a uma revolução” (CABRAL, 2013: p. 250). Tendo em vista a subordinação da economia de Guiné-Bissau e Cabo Verde às necessidades dos monopólios e capitais estrangeiros (e lembrando a experiência de agrônomo que Cabral teve e sua descrição da gerência portuguesa na agricultura guineense), tal concepção possui, para além de definição teórica, uma proposição prática. A extração de matéria prima e a monocultura de amendoim colocavam a população da Guiné à mercê do trabalho contratado e estabeleciam uma dinâmica altamente exploratória não apenas da população, como da terra⁸. Não existe, portanto, uma definição estática ou mesmo descolada da realidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde. E “libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais” não pode ser tomado por uma fraseologia casuística⁹.

Mas a caracterização de libertação nacional por parte de Amílcar Cabral não termina nestas avaliações. As ligações entre a libertação nacional e a cultura também foram estabelecidas

⁸ Exploração esta bem registrada, por diversos meios e perspectivas, desde Armando Castro (1978), a Gerard Chaliand (1969) e Basil Davidson (1975).

⁹ Como pontuará Georges Nzongola-Ntalaja, vinculando-se à tradição da teoria da dependência e resgatando a concepção de Walter Rodney e associando a própria dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento a esta concepção (1987: p. 15).

pelo revolucionário guineense. Em conferência de 1970, Cabral realiza a consideração do domínio imperialista como, também, um domínio cultural, e a teoria da assimilação¹⁰ é citada como um de seus exemplos. Sendo a cultura um dos elementos de desenvolvimento de um povo (também ela paralisada, estagnada pelo imperialismo), não é à toa que vemos, segundo Cabral, movimentos de libertação nacional surgirem logo após manifestações de retomada cultural dos povos subordinados. Se a libertação nacional é a materialização do direito dos povos de possuir sua própria história, concluindo-se na independência do desenvolvimento das forças produtivas de qualquer força ou domínio estrangeiro, ainda há a necessidade de analisar internamente a sociedade, a sua cultura:

Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância das contribuições positivas da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura, que se alimente da realidade do meio e negue tanto as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras (CABRAL, 2013: p.272).

A construção do pensamento de Amílcar Cabral abarcou de forma precisa e constante as necessidades e os objetivos da luta. Desde suas caracterizações de imperialismo, vemos na balança de nosso pensador o peso da realidade e o contrapeso da contestação e das ações necessárias. Se Amílcar Cabral está percebendo no imperialismo uma nova forma de opressão, neste caso, a cultural, o ato oposto deve ser demarcado: “a libertação nacional é necessariamente, um *ato de cultura*” (CABRAL, 2013: p. 272). Para o revolucionário, o valor da cultura como elemento de resistência se dá por ela ser uma “manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade” – fruto da história de um povo, a cultura determinaria simultaneamente a história (CABRAL, 2013: p. 270). Como já explicitamos acima, a libertação nacional será o momento em que o povo dominado libertar o desenvolvimento de suas forças produtivas, escolhendo seu modo de produção. Para Cabral, “falar disso é falar de história, mas é também falar de cultura” (CABRAL, 2013: p. 271). É aqui que o pensamento de Cabral abarca o âmbito social, o econômico e o cultural, ligados como elemento essencial da história de um povo. A analogia subsequente é, já, célebre:

[A cultura] é talvez resultante dessa história como a flor é a resultante de uma planta. Como a história, ou porque é a história, a cultura tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção. Mergulha as suas raízes no húmus da realidade material do meio em que se desenvolve e reflete a natureza orgânica da sociedade, podendo ser mais ou menos influenciada por fatores externos (CABRAL, 2013: p. 271).

¹⁰ Seu impacto para este construto de contestação por parte de Amílcar Cabral é muito bem analisado por Patrícia Villen (2013).

Mas seria a cultura um elemento neutro e “natural” de qualquer sociedade? Para Cabral, a cultura teria, entretanto, um *caráter de classe*¹¹. A delimitação principal é que, se a cultura é de um “povo”, mesmo assim ela não se desenvolve igualmente entre todos os setores da sociedade. Se o domínio colonial cria um sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, ele provoca conjuntamente uma “alienação cultural” de parte da população, pela falaciosa assimilação ou pelo abismo entre as elites autóctones e as massas populares. A pequena burguesia derivada do sistema imperialista e colonialista imposto em África veria a si própria como culturalmente superior às outras camadas da população. Era necessária a “reconversão dos espíritos”, ou, a *reafricanização*:

A contestação cultural do domínio colonial – fase primária do movimento de libertação – só pode ser encarada eficazmente com base na cultura das massas trabalhadoras dos campos e das cidades, incluindo a “pequena burguesia” nacionalista (revolucionária), *reafricanizada* ou disponível para uma reconversão cultural (CABRAL, 2013: p. 275).

Seja qual for a complexidade do panorama cultural, Cabral aponta que o movimento de libertação consiga ser capaz de distinguir o “essencial do secundário”, o “positivo do negativo”, o “progressivo do reacionário”, sempre tendo como horizonte a construção de uma *cultura nacional*, que cumprirá um papel na dimensão da luta de libertação, fazendo a confluência em direção à *dimensão nacional*. É desta forma que Cabral coloca ambas as dimensões: a luta de libertação será tanto pela sobrevivência como pela harmonização e desenvolvimento da cultura num quadro nacional (CABRAL, 2013: p. 275-276). Desta forma, na constituição da nação e da cultura nacional, Cabral postula: “a luta armada de libertação nacional é não apenas um fato cultural, mas também um *fator de cultura*” (CABRAL, 2013: p. 280)¹².

Poderíamos argumentar, ainda, que Amílcar Cabral concebe a luta da libertação nacional como um complexo processo social, econômico e cultural que, em muito, equivale a uma revolução (como estabelecido na Conferência de Havana). E isso significa, pontuando em

¹¹Em conformidade com Cabral, Kwame Nkrumah postula que nas sociedades africanas de tipo comunitário, “praticamente” não existia sistemas de classes antes da invasão do continente. Para ele, cada situação histórica produziria a sua própria força dinâmica. “Na África, os estreitos laços entre os problemas sociais [classes] e raciais nasceram da exploração capitalista: a escravidão, as relações senhor-servo e a mão-de-obra barata são exemplos fundamentais disto” (NKRUMAH, 2016: p. 40). Conclui que a luta de classe na África “é resultado do surgimento da propriedade privada e do declínio da sociedade de tipo comunitário, em proveito das sociedades escravagista e feudal” (NKRUMAH, 2016: p. 28).

¹²A *reafricanização* e sua consideração de pertencimento de classe ainda desembocaria em um importantíssimo conceito, o de *suicídio de classe*. Para ver a sua constituição, em correlação a Frantz Fanon, ver o capítulo *Revolução e Cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral* (ROLIM: 2016), no livro organizado por José Rivair Macedo.

figura de linguagem que “não acaba no momento em que se iça a bandeira e se toca o hino nacional [...]”. Em outras palavras:

Há assim libertação nacional quando e apenas quando, as forças produtivas nacionais são totalmente libertadas de qualquer espécie de domínio estrangeiro. A libertação das forças produtivas e, conseqüentemente, a faculdade de determinar livremente o modo de produção mais adequado à evolução do povo libertado, abre necessariamente perspectivas novas ao processo cultural da sociedade em questão, conferindo-lhe toda a sua capacidade de criar o progresso (CABRAL, 2013: p. 272).

A partir da análise deste núcleo de pensamento, percebe-se que Cabral não só desenvolveu a teoria e as táticas das guerras de libertação do domínio colonial, mas também projetou diversos aspectos de uma “teoria de transição”. Alertava para o neocolonialismo (“dominação indireta”). Mais: percebia a importância de aniquilar o colonialismo e não assimilá-lo. Estava seguro que, a chamada política de “ajuda” aos países subdesenvolvidos praticada pelo imperialismo, tem por objetivo “criar ou reforçar pseudo-burguesias nativas, necessariamente enfeudadas à burguesia internacional, e de barrar assim o caminho à revolução” (CABRAL, 2013: p. 248), como fica patente nos dias de hoje – em África e alhures. A esse respeito, conforme dito anteriormente, Cabral assegura que a libertação das forças produtivas são condições *sine qua non* para a verdadeira independência – independente do método empregado pelo povo para alcançar a independência formal. Nesse sentido, as duas formas da dominação imperialista capitalista deveria e deve ser tomada sempre como importante e “primordial para o pensamento e a ação dos movimentos de libertação nacional, tanto no decorrer da luta como após a conquista da independência” (CABRAL, 2013: p. 249).

Fartas evidências mostram que as independências dos países africanos, em especial, continuam desprovidas das aspirações da luta pela a libertação nacional¹³. Em outras palavras, carecem de transformações radicais das suas estruturas políticas, econômicas, sociais e mentais, inclusive. Parece não haver dúvidas de que a “missão civilizatória” foi naturalmente substituída pela “missão de ajuda ao desenvolvimento”, em outros termos, as forças produtivas nacionais de países africanos, de modo geral, continuam, mesmo após de 60 anos das independências, subjugadas às necessidades e interesses capitalistas estrangeiras. A importância cultural e econômica, típica da geração e Cabral, como muito bem apontou Muryatan Barbosa (2020), só é possível a partir do método e do percurso realizado por Cabral: de leituras incipientes,

¹³ Em referência a Guiné-Bissau e Cabo Verde e o pensamento de Amílcar Cabral, indica-se o livro organizado por Carlos Lopes (2011), *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*.

mergulho na realidade local e novas elaborações teóricas renovadas e recolocadas ao movimento real de transformação do meio.

5. Conclusões – a construção necessária

A construção de conceitos e sua localização e correta fixação em suas respectivas tradições não é tarefa fácil. Para Marx e Engels, a visão sobre a dinâmica da história complexificou-se em muito após a publicação do *Manifesto Comunista* (1848). É sabido o impacto que a divulgação de obras e correspondências dos pensadores alemães teve nas ciências humanas a partir de 1950¹⁴. É também cada vez mais ressaltado no desenvolvimento do pensamento marxiano o enriquecimento de suas análises derivados pelas viradas dos anos 1850/1860 em relação a multilinearidade do desenvolvimento histórico e das possibilidades de transição ao socialismo a partir de formações pré-capitalistas (MUSTO, 2018 e ANDERSON, 2019).

Nesta linha, há de se analisar, as forças produtivas com outros olhos, segundo Ciro Flamarion Cardoso. Constituíam-se muito mais do que o simples acúmulo técnico e tecnológico, formando-se mesmo, nas palavras de Marx, “a base de toda a história humana”. Ignorar tal riqueza do conceito seria transformar, segundo Cardoso, a “luta de classes” em um *deus ex machina* (CARDOSO, 1988: p. 41). Ainda seguindo o historiador marxista brasileiro,

A noção de forças produtivas surge quando consideramos os elementos do processo de trabalho – a força de trabalho, por um lado; o objeto de trabalho e o meio de trabalho (que em conjunto formam os meios de produção) por outro lado – quanto à sua natureza, às suas dimensões, às suas relações e à intensidade do seu uso, no contexto de um determinado meio histórico: o que implica levar em conta o meio ambiente, os conhecimentos técnicos num sentido amplo e certos aspectos das estruturas sociais (em especial aqueles que se vinculam à divisão e organização do trabalho) (CARDOSO, 1988: p. 47).

O que chama mais atenção, na tentativa de construção deste conceito, segundo Ciro Cardoso, é a sua possível correlação com outros aspectos (por vezes considerados por alguns como menos “materiais”). Cardoso concebe que, como toda relação social possui sua parte constituinte de “pensamento, de representações”, que as forças produtivas não se tratam somente de uma “forma” da relação social, “mas de serem os pensamentos e representações mencionados *parte intrínseca do conteúdo* de cada relação social, sem a qual tal relação não poderia surgir, funcionar ou se reproduzir” (CARDOSO, 1988: p. 51). Ou seja,

[...] como quaisquer aspectos da estrutura global das sociedades humanas, as forças produtivas tornam-se algo inconcebível se as separarmos radicalmente do universo

¹⁴ Para tal, apenas uma citação a nível de exemplo, do prefácio de Eric Hobsbawm dos *Grundrisse*, o qual clama por uma verdadeira “reescrita” de muito da teoria marxista a época (HOBSBAWM, 1972).

mental humano: mesmo porque [...] entre seus elementos componentes contam-se inúmeros *saberes* (CARDOSO, 1988: p. 52).

A correlação entre o desenvolvimento da perspectiva de dinâmica histórica voltada para o próprio desenvolvimento humano, e não apenas para o desenvolvimento de um aspecto social material das sociedades ocidentais capitalistas, é patente então, na própria tradição marxista e no desenvolvimento do pensamento de Amílcar Cabral. Conquanto a importância imensa que esta adquire, especialmente quando o capitalismo se impõe ao redor do globo e, ele próprio força que a humanidade tenha como seu motor de desenvolvimento as lutas de classes. Essas lutas, longe de monolíticas e duais, adquirem diversos significados e formas sociais e históricas, tal qual nos apresentou, de forma competente, Domenico Losurdo (2016).

Realizar uma completa distensão entre o desenvolvimento pessoal da teoria de Cabral e o desenvolvimento das categorias e conceitos na tradição marxista, como o faz Reiland Rabaka (2010 e 2014) e Patrick Chabal (1983), mostra-se, na melhor das hipóteses, infrutífero. Com riscos de realmente não se compreender as proposições de Cabral. A evolução destas categorias no pensamento de Amílcar Cabral acompanha, muito mais do que representa uma ruptura, entre o líder guineense e caboverdiano e o multifacetado e pluralíssimo desenvolvimento da teoria marxista.

Neste sentido, há de se resgatar, ainda, o projeto que Cabral esposava para Guiné-Bissau e Cabo Verde. Segundo Julião Soares Sousa, é patente que Amílcar Cabral possuía um projeto de via socialista para o desenvolvimento e construção da nação nos territórios africanos. Neste sentido, a análise de Cabral sobre a sociedade e sua visão geral de funcionamento das sociedades humanas baseia-se, como buscamos demonstrar, no marxismo. A passagem pelo socialismo seria determinada, para Cabral, pelo “nível das forças produtivas” (novamente o conceito e sua noção de transição), condicionada, também, pela natureza da classe dirigente, pelos fatores econômicos e pelo estado vigente (SOUSA, 2016: p. 346 e 437). Coloca-se, também, que, para além da cultura, “a economia voltava a estar nitidamente no centro da estratégia para a conquista da verdadeira independência e construção do socialismo que Cabral perseguia e defendia para a Guiné e Cabo Verde” (SOUSA, 2016: p. 437), conclusão esta que mencionamos ter sido compartilhada pela síntese proposta por Muryatan Barbosa (2020: p. 104-124). O melhor aspecto da “teoria de transição” da qual Cabral teria sido um dos poucos revolucionários africanos a dar atenção, coloca-se em sua avaliação sobre o neocolonialismo. Com ele,

havia toda uma dinâmica social (‘luta de classes’ e conflitos de interesse) que dava a ilusão de que o processo histórico voltava à normalidade, em virtude do próprio poder

se encontrar nas mãos de elementos nativos e de, aparentemente existir um estado nacional. Contudo, o fatal ‘enfeudamento’ da ‘classe’ dirigente (ou da ‘pseudo-burguesia nativa’) aos interesses do país dominador, devido às condições concretas da economia mundial, inibia, na perspectiva do líder guineense e cabo-verdiano, o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais’, impedindo-a, à partida, de cumprir a sua missão histórica, que era a de orientar, enquanto burguesia nacional, o desenvolvimento normal das ‘forças produtivas’ que eram o ‘motor da história” (SOUSA, 2016: p. 437).

O resgate holístico entre a significação da dinâmica histórica no pensamento marxista, com a sua devida colocação local a qual Cabral se propôs encerra também sua proposta política-econômica, sem a qual seu pensamento seria simples elucubração teórica. Procuramos, importante ressaltar, iniciar um debate, não encerrá-lo. Este artigo coloca-se como uma contribuição para a necessária “re-construção” dos conceitos utilizados por Cabral, levando em conta (i) compreendermos o sentido original das categorias marxianas; aliando-as a (ii) sua aplicação na tradição marxista (seja ela de que vertente, seja o pensador de que continente); e compreendendo portanto a (iii) elaboração original a partir dos revolucionários do século XX. Dentre os quais estes ocupa especial lugar, sem sombra de dúvidas, Amílcar Cabral.

Bibliografia

Obras de Amílcar Cabral

CABRAL, Amílcar. *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa-Bissau: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

_____. *Unidade e Luta (Obras escolhidas Vol.1)*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

_____. *Pensar para melhor agir. Intervenções no Seminário de Quadros, 1969*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2014.

Bibliografia geral

ANDERSON, Kevin B. *Marx nas Margens*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDRADE, Mário de. *Amílcar Cabral: Essai de biographie politique*. Paris: François Maspero, 1980.

BARBOSA, Muryatan. *A razão africana*. São Paulo: Todavia, 2020.

BENOT, Yves. *Idéologies des indépendance africaines*. Paris: François Maspero, 1972.

BLACKKEY, Robert. Fanon and Cabral, a contrast in theories of revolution for Africa. In: *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 12, No. 2, 1974, p. 191-209.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

CASTRO, Armando. *O sistema colonial português em África*. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

CHABAL, Patrick. “*Cabral: Revolutionary Leadership and People’s War*”, Cambridge University Press, Cambridge, 1983.

CHALIAND, Gerard. *Armed Struggle in Africa – With the Guerrillas in Portuguese Guinea*. Nova York: Monthly Review Press, 1969.

- DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.
- DIAS, Luciana. *Amílcar Cabral e o Marxismo: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948-1973)*, dissertação de Mestrado em História de África, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2020.
- HOBSBAWM, Eric. "Introducción". In: *Formaciones económicas precapitalistas*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972.
- LOPES, Carlos (org). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*, São Paulo: UNESP, 2011.
- MARX & ENGELS. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2015b.
- MATOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MCCULLOCH, Jock. *In the twilight of the revolution: the political theory of Amílcar Cabral*. Nova York: Routledge, 1983.
- MENDY, Peter Karibe. *Amílcar Cabral*. Athens: Ohio University Press, 2019.
- MUSTO, Marcelo. *O Velho Marx*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- NKRUMAH, K. *A Luta de Classes em África*. São Paulo: Nova Cultura, 2016.
- NZONGOLA-NTALAJA. "Amílcar Cabral and the theory of the national liberation struggle". *Latin American Perspectives*, v. 11, n. 2, p. 43-54, 1984.
- _____. *Revolution and counter-revolution in Africa: essays in contemporary politics*. Londres: Institute for African Alternatives, 1987.
- RABAKA, Reiland. *Africana Critical Theory – Reconstructing The Black Radical Tradition, From W. E. B. Du Bois and C. L. R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral*. Nova York: Lexington Books, 2010.
- _____. *Concepts of Cabralism: Amílcar Cabral and Africana Critical Theory*. Londres: Lexington Books, 2014.
- ROLIM, Gustavo Koszenieswki. "Revolução e Cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral". In: MACEDO, José Rivair (org). *Pensamento Africano no Século XX*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- LOSURDO, Domenico. *A Luta de Classes – uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973) Vida e morte de um revolucionário africano*. Edição de Autor: Coimbra, 2016.
- VILLEN, Patrícia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "The Lessons of the PAIGC," *Africa Today*, vol. 18, no. 3, p. 62-68, 1971.

Sobre os autores:

Gustavo Koszeniewski Rolim: Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. É membro do Grupo de Trabalho História e Marxismo da ANPUH/RS. Tem interesse pelas áreas de História das Lutas de Libertação Nacional e desenvolvimento do pensamento Marxista. Também tem interesse pelas áreas de História Antiga e Medieval e discussões acerca da categoria de Pré-Capitalismo. Na Universidade Federal Fluminense, desenvolveu pesquisa sobre a Santidade e a Hagiografia na Gália da Alta Idade Média. Atualmente é doutorando pela UFRGS, desenvolvendo pesquisa sobre as lutas de libertação nacional em Guiné e Cabo Verde.

Vanito Ianium Vieira Cá: filho de agricultores. Doutorando em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS). Mestre em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019). Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017). Graduado em Ciências Sociais (Bacharel e Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul ([2016] e [2019]). Pesquisador do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST/UFRGS). Colaborador do Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU/UFRGS) e Consultor do AfroMigra do Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias (AKANNI/AFROMIGRA). Áreas de interesse: Direitos humanos, Proteção Social, Migração e Refúgio.

Artigo recebido para publicação em: 12 de janeiro de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 22 de agosto de 2021.

Como citar:

CÁ, Vanito Ianium Vieira; ROLIM, Gustavo Koszeniewski. Um conceito a construir: as forças produtivas no pensamento de Amílcar Cabral. *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n.º. 22, 2021. pp. 100-121. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.57068

